

## Extinção ameaça índios Yanomami

Constituição é violada com invasão dos garimpeiros em Roraima

Por FERNANDO LADEIRA  
 Brasília/ZH

A nação dos Yanomamis, com cerca de 10 mil índios, que ocupa toda a região noroeste de Roraima, corre sério risco de desaparecer a médio prazo. A ameaça se materializa pelos aproximadamente 45 mil garimpeiros que extraem ouro da região. Segundo a Receita Federal, cerca de três toneladas de ouro são levadas por mês para fora do País sem qualquer reação do Governo. Já o governador de Roraima, Romero Jucá, ex-presidente da Funai, quer incentivar a mineração, pois a considera como a "grande riqueza regional", apesar do ouro encontrar-se em solo indígena e só poder ser explorado mediante autorização do Congresso Nacional.

Para o ex-secretário geral do Ministério da Justiça, José Fernando Eichenberg, que esteve em Roraima quando ainda titular, "a Constituição está sendo violada, com garimpeiros e até empresas multinacionais (como a Americana Gold Amazon) presentes nas terras Yanomami para exploração do ouro".

Segundo Eichenberg, se não forem adotadas medidas imediatas para cobrir a depredação que está sendo feita em Roraima, a região se transformará numa nova Serra Pelada, onde as cidades vizinhas sofreram um aumento da criminalidade e as autoridades

hoje não vêem solução para o garimpo no local. Eichenberg acredita até que Boa Vista pode se tornar a capital da violência, devido ao garimpo desordenado e ao envolvimento direto ou indireto da cúpula da Polícia Militar na exploração dos garimpos.

O governador Romero Jucá mostra-se preocupado com as consequências que a presença do garimpo vem trazendo em termos de aumento da criminalidade e violência na capital, além de alterar a economia da região, uma vez que o padrão monetário utilizado nas cidades não é mais cruzado e sim o ouro, o que aumenta o custo de vida. Romero Jucá, no entanto, além de substituir o Comandante da Polícia Militar, tenente-coronel Santos Rosa, e toda a cúpula por denúncias de corrupção, não apresenta qualquer plano concreto de retirar os garimpeiros e empresas de mineração da região, atacando as causas dos atuais problemas do estado.

Ao contrário, durante o encontro

que manteve com Eichenberg e o secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Roberto Ramos, o governador manifestou o desejo de sindicalizar e organizar os garimpeiros, experiência realizada em Serra Pelada, no Pará, o que não diminuiu a violência, nem reduziu a chegada dos garimpeiros à região.

Segundo o bispo de Boa Vista, dom Aldo Mongiano, o governador Romero Jucá manifestou em seu discurso de posse que não pretendia entrar em conflito com garimpeiros e iria incentivar a exploração da grande riqueza do Estado. A partir desta manifestação, em outubro de 88, cresceu nitidamente a presença de exploradores em Roraima.

Não há, no entanto, uma preocupação institucional com a racionalização da exploração do garimpo, uma vez que somente 700 quilos de ouro deram entrada nas dependências da Caixa Econômica Federal, em Boa

Vista, segundo dados da Receita Federal de dezembro de 88. Os dados disponíveis projetam uma evasão de ouro para o exterior — pela Venezuela, Guiana Inglesa ou mesmo Paraguai, via Mato Grosso — da ordem de três toneladas ao mês, ou seja, cerca de NCz\$ 56 milhões 520 mil (cotado a NCz\$ 1.884,00 em 13 de janeiro). Ao final de um ano, tanto o Estado quanto a União terão deixado de arrecadar cerca de NCz\$ 678 milhões e 240 mil.

Na conversa com Eichenberg, Romero Jucá considerou que da forma como o garimpo está desenfreado a melhor solução é não criar qualquer tipo de conflito, já que os índios "levariam a pior". Não apresentou, no entanto, nenhuma solução para o problema.

"Se hoje é difícil retirar 45 mil garimpeiros da região, pior será mais adiante quando tanto o Governo Federal quanto o estadual poderão não mais ter mecanismos para conter a violência", alerta Eichenberg. "Esto

poderá resultar no genocídio dos índios, seja por conflitos com garimpeiros, por doenças como a malária e a tuberculose, ou pelo envenenamento da natureza, com a presença de mercúrio em índices altos nas águas dos rios próximos às malocas onde habitam", adverte.

O ex-secretário geral sugere que a Aeronáutica, através do Departamento de Aviação Civil (DAC), feche os aeroportos clandestinos da região, que já chegam a 25 no garimpo, além de proibir a entrada de novos garimpeiros por via aérea, entre outras medidas que podem ser adotadas se houver interesse do Governo.

O ex-ministro Paulo Brossard entregou um relatório da situação encontrada no estado com a exploração do garimpo e seus reflexos na vida dos Yanomamis, ao presidente da República. Além disto, Brossard encaminhou aos ministros da Aeronáutica, Minas e Energia, Interior (Funai) e do Gabinete Militar, cópias do relatório da viagem e um pedido para que tomem ciência da situação e procurem alguma solução para o problema. É a primeira denúncia institucional feita ao governo por órgão do próprio governo de forma transparente.



## Doenças: mais uma herança dos brancos

Por FERNANDO LADEIRA  
Brasília/ZH

O atendimento aos índios pela Funai, segundo relatório do Ministério da Justiça, entregue ao presidente Sarney, é precário tanto na área da saúde como na de educação ou mesmo na demarcação de terras. O representante da Fundação em Roraima, Raimundo Nonato da Silva, é acusado pelos índios de não os defender, enquanto os garimpeiros alegam que a Funai quer acabar com seu meio de vida. Raimundo lembra que o Exército, por determinação do presidente Sarney, há alguns dias começou a demarcar a reserva Yanomami.

Os problemas de saúde dos indígenas têm aumentado sensivelmente em consequência dos contatos com os garimpeiros. Antes da exploração do ouro, a procura dos índios por atendimento médico era quase nula. Agora, é comum os índios, a maioria Yanomami, procurarem diariamente atendimento médico na Casa do Índio, em Roraima. As doenças normalmente diagnosticadas são tuberculose, malária (forte e adquirida dos garimpeiros

que trazem focos mais resistentes de outras regiões), leishmaniose e a oncocercose (cegueira que vem atingindo inúmeros grupos da região).

Segundo o Irmão Carlos Acquini, membro da Comissão para Criação do Parque Yanomami (CCPY), quase não há médicos na Casa do Índio e o atendimento é feito por enfermeiras. O tratamento dentário já não é feito na entidade e sim na LBA. O Irmão Acquini revela também que a alimentação dada aos indígenas na instituição é imprópria "por medidas de economia", tanto que não são compradas frutas, nem farinha de mandioca, sendo distribuído "um mingau fornecido pela LBA que causa diarreia nos indígenas".

### CCPY

A Comissão para Criação do Parque Yanomami realizou, desde a sua criação em 1978, um trabalho de atendimento médico aos índios da região com a ajuda de voluntários, com a autorização da Funai. Os relatórios e



Por causa das doenças, as crianças índias evitam contato com os brancos da região

leigos que participam da entidade fizeram um amplo levantamento sobre a saúde dos silvícolas na região, além de um trabalho contínuo de vacinação.

A CCPY foi criada por pessoas interessadas na problemática Yanomami, a partir da construção do trecho de 170 quilômetros da Perimetral Norte próxima à área dos índios Catrimani, que provocou, na época, a morte de quase mil indígenas, além do desaparecimento de 25 aldeias.

A entidade procura defender, desde sua fundação, a criação do Parque Yanomami, com oito milhões 286 mil hectares, abrangendo todo o noroeste de Roraima e norte do Amazonas, na divisa com a Venezuela. Sua

atuação hoje é a divulgação da problemática Yanomami, a invasão das terras, exploração dos garimpos e poluição da natureza, pelos meios de comunicação nacionais e internacionais.

A Comissão foi expulsa das terras Yanomami em 1987 sem explicações da Funai. O noticiário da época informava que a polícia acusava os membros da missão de incitarem os indígenas a combater os garimpeiros, provocando mortes na região, além de estarem garimpando ouro nas imediações da reserva. Somente no ano passado a Funai comunicou, oficialmente, que o convênio com a CCPY estava vencendo, sem outras explicações.

## Polícia Militar é denunciada por corrupção

A primeira tarefa do novo Comandante da Polícia Militar de Roraima, tenente-coronel Cleiton Cavalcanti d'Almeida, natural de Pernambuco, será fazer uma "limpa" na instituição que vem sendo acusada há anos de corrupção e envolvimento direto ou indireto na extração de ouro nas terras dos índios Yanomami. O tenente-coronel foi indicado pelo governador Romero Jucá, em substituição ao tenente-coronel Santos Rosa, acusado por garimpeiros, jornalistas e Igreja, de corrupção. Sua atuação também não estava agradando ao governador do Estado. Santos Rosa não transmitiu o cargo para o novo comandante da PM porque estava de "licença médica", termo usado para os que, sob alegação de doença, se ausentam da corporação para explorar ouro no noroeste do Estado.

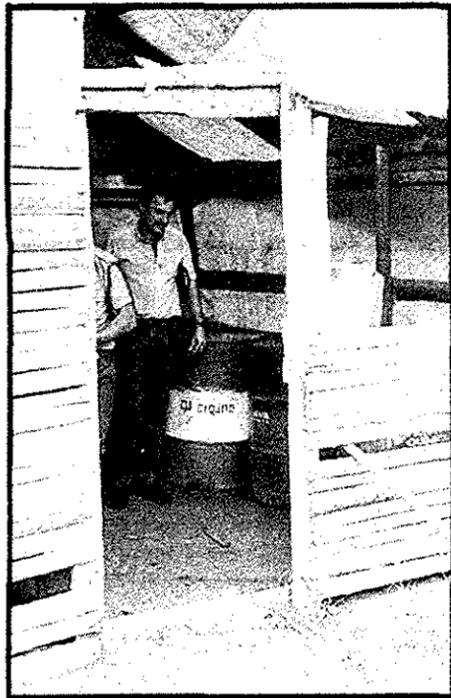
Relatórios do SNI, Exército e do Centro de Informações da Polícia Federal são unânimes em apontar a presença de oficiais e subalternos da PM roraimense nos garimpos, após solicitarem "licença médica" na instituição. Eles realizam a "proteção" dos Yanomami e garimpeiros mediante a cobrança de ouro, no caso destes últimos, ou porcentagem das taxas que os índios cobram pelo pouso de aviões nas pistas da região.

A Funai mesmo contratou, em 87, os serviços da Polícia Militar por Cz\$ 3 milhões, para fazer o policiamento da região de garimpo — o que não é permitido constitucionalmente — solicitando ao mesmo tempo a retirada da área de agentes da Polícia Federal. Os serviços contratados pela Funai abrangeriam não somente a pista de Paa-piú, homologada pelo Departamento de Aviação Civil, mas também outras três pistas clandestinas da região.

Diversos são os policiais conhecidos por cobrança de taxas de "proteção". É o caso do militar conhecido apenas por sargento Valmir que declarou na presença de alguns garimpeiros: "Nas confusões do garimpo ganha quem me dá mais ouro".

### Acusações graves

A região de Uauaris, bem ao norte, por exemplo, é considerada pelos exploradores como "área do Comandante Santos Rosa". O atrativo para a região é forte já que o ouro em algumas áreas aflora na terra e é encontrado fartamente no primeiro metro e meio de profundidade. Contra Santos Rosa, da PM RR, pesam diversas acusações, como perseguições aos jor-



50 combustível encontrado na Funai foi desviado da PM

nalistas Ruy Figueiredo e Fernando Estrella, do O Jornal, após duas reportagens denunciando a corrupção da corporação policial pelo recebimento comprovado de propinas dos garimpeiros. Ruy Figueiredo quase foi preso pelo comandante da PM e os dois jornalistas, segundo denúncias feitas em Boa Vista, receberam ameaças de morte.

O Comando Militar da Amazônia, após operação de desarmamento realizado ano passado na região, somente recebeu armas e munições apreendidas pela Polícia Federal, já que a Civil e a Militar do Território nunca entregaram uma sequer. Na época, houve denúncias de garimpeiros que estavam sendo extorquidos pelo tenente-coronel para terem as armas devolvidas. O agente da Polícia Civil, Manoel Messias, lotado na delegacia de Mucajaf, apreendeu um revólver calibre 38, registrado no nome de Santos Rosa, que pressionou para que a arma fosse devolvida e o caso esquecido. O delegado Alexandre Inojosa, diretor do Departamento de Informações e Operações da PC informou do caso ao SNI.

O comandante da PM, Cleiton d'Almeida, afirmou que vai endurecer no trato com os membros da corporação, uma vez que considera a disciplina fundamental para a atividade policial militar. Um dos primeiros passos será fazer um levantamento de todos os processos contra oficiais e subalternos da instituição, de forma a que sejam feitos os julgamentos dos envolvidos em subornos e outros métodos ilegais.

## Em Paa-piú, a comprovação de muitas irregularidades

Na área de Surucucas, noroeste de Roraima, ao longo do rio Couto de Magalhães, estão dispostas quatro malocas Yanomami, com 186 índios que convivem, diariamente, com milhares de garimpeiros ao redor, além de dezenas de aviões e helicópteros que sobrevoam a todo instante a região, levando suprimentos ou exploradores às 25 pistas clandestinas. Na maloca do posto da Funai em Paa-piú, onde vivem 50 índios, a convivência com os brancos é direta, já que a Aeronáutica ampliou a pista de pouso existente a pedido da Funai, com verbas do Calha Norte, e nos dois lados da pista estão dispostos "mercados" e "escritório-barracas" de empresas aéreas de transportes. Mas no posto da Funai não há representantes, o rádio não funciona e os índios são medicados por um dos membros da tribo, João Davi Yanomami.

Por um acordo de "cavalheiros" entre índios, polícia militar e garimpeiros, a paz quebrada na terra dos Yanomami em 87, com a chegada dos garimpeiros, retornou. A condição é os índios não se aproximarem dos garimpeiros, nem estes dos índios, para que possam utilizar a pista de pouso da Funai. João Davi, por exemplo, é o responsável por anotar todos os aviões que pousam na área para cobrar, posteriormente, as taxas pela utilização da pista. Avião monomotor paga Cz\$ 30 mil e bimotor Cz\$ 50 mil mas a cobrança é feita em Boa Vista, à noite, por dois índios da tribo.

Para onde vão essas verbas arrecadadas foi a questão que surgiu entre os membros do Ministério da Justiça que visitaram a região. João Davi disse que destinava o dinheiro para a compra de bens para a tribo. A maloca, no entanto, só tinha um fogão a gás em seu interior, alguns víveres em uma prateleira, redes e poucos índios traja-

vam roupas. Um garimpeiro do local, além de um policial, disseram, no entanto, que parte das verbas arrecadadas se destinam aos policiais militares que fazem a "proteção" do local.

Várias latas de cerveja e garrafas de uísque estavam jogadas fora da maloca, contestando as declarações de índios e policiais militares de que bebida alcoólica não entrava no local nem era distribuída aos indígenas. A farmácia do posto, com remédios colocados até o chão batido, é gerida pelo guia João Davi, já que o representante da Funai deixou a área antes do final do ano. Estetoscópio estragado, algodão aberto e jogado no chão, foram algumas das irregularidades ali constatadas.

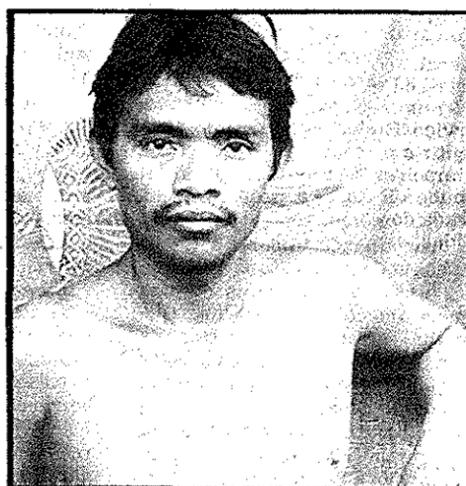
Já no galpão ao lado, pertencente também à Funai, estão vários tanques de combustível para aeronaves. Um dos garimpeiros informou que alguns dos galões pertencem a oficiais da polícia militar que têm garimpo nas proximidades, mas outros tinham a etiqueta "Gold Amazon", empresa mineradora americana, associada à Parapanema Brasileira.

A Gold Amazon mantém, na pista de pouso, um "escritório de transporte aéreo", para usufruto dos garimpeiros. Na frente do prédio está hasteada a bandeira do Brasil e vários trabalhadores afirmam que a empresa aluga maquinário para exploração do ouro na região em troca de 30% do que for arrecadado. A Gold Amazon possui, no Aeroporto Internacional de Boa Vista, um avião DC-3.

O artigo 231 da nova Constituição destaca que a pesquisa e lavra de recursos minerais em áreas indígenas só podem ser feitas com autorização do Congresso Nacional e aquiescência das comunidades indígenas envolvidas.



As garrafas de bebidas encontradas na reserva



Davi cobra taxa de pouso na reserva Yanomami

# Cinco pistas homologadas e 25 clandestinas

Se fosse bem estruturado, o Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica poderia colaborar na diminuição ou pelo menos na contenção do número de garimpeiros que assolam a região Yanomami. A opinião é do ex-secretário-geral do Ministério da Justiça, José Fernando Elchemberg, depois de ter sido informado que o DAC tem apenas dois funcionários para cuidar de pousos e decolagens no Aeroporto Internacional de Boa Vista. Por isso, não há como controlar os 540 aparelhos homologados pelo órgão do Estado. Somente nas pistas secundárias e gramados ficam estacionados cerca de 140 aparelhos — aviões e helicópteros — que se movimentam nervosamente em direção ao garimpo, principalmente entre as 6 e 7 horas.

Somente cinco pistas de pouso são homologadas pelo DAC, que são as de Paa-plú, Ericó, Surucucus, Uauaris e Uaicás. Fora estas, há perto de outras 25 clandestinas, que são usadas diariamente por dezenas de aparelhos, sem qualquer tipo de orientação por radar ou iluminação, feitas por garimpeiros que cortam árvores em um terreno plano e queimam os tocos de

árvores para facilitar a limpeza do terreno. São comuns acidentes nas pistas, já que as aeronaves não passam por testes de avaliação da aparelhagem com cargas acima do peso permitido.

Um estratagema utilizado pelos pilotos que têm brevíssimo é conseguir a liberação de voo com um plano que aponta como destino uma das pistas homologadas pelo DAC. Após liberado o voo, o avião é pilotado por um praticante da aviação que não teve condições para tirar o brevê.

Para Elchemberg, o DAC poderia moralizar a entrada dos garimpeiros na área, exigindo brevê dos pilotos, fiscalizando destinos de vôos e carga elevada, e penalizando os que estiverem em situação ilegal. Fora isto, poderiam ser fechadas as pistas clandestinas — mesmo que outras fossem abertas depois — para caracterizar a preocupação com o problema gerado na região, em relação ao índio, meio ambiente e recursos da União e Estado, dificultando a ação de garimpeiros e empresas mineradoras na região, bem como a aviação do ouro para o exterior.

## O crescimento desordenado de Boa Vista

O preço de uma pizza em Boa Vista equivale ao comercializado em Brasília — cerca de R\$ 5,49 — apesar da capital do País estar entre as cidades do país com melhores índices "per capita" na distribuição de salários. Boa Vista, no entanto, que em cada cinco anos cresceu dos 40 para 90 mil habitantes, tem vivido da exploração do ouro, o que permite ao Irmão Missionário da Consolata e membro da CCFY, Carlos Aquini, dizer que "devido ao clima de exploração do ouro e diamantes da região, a cidade tornou-se indiferente ao destino dos índios do Estado, à violência que tem aumentado e à poluição dos rios próximos por consequência da atividade do garimpo".

Boa Vista, capital de Roraima (que na língua Macuxi significa Mata Fria), é uma cidade planejada, plana, que foi construída e se desenvolveu em uma área de planície, cercada de rios como o Branco e Igarapés. A temperatura média da cidade está em torno dos 35 graus e na época de chuvas (Inverno) baixa para os 26 graus.

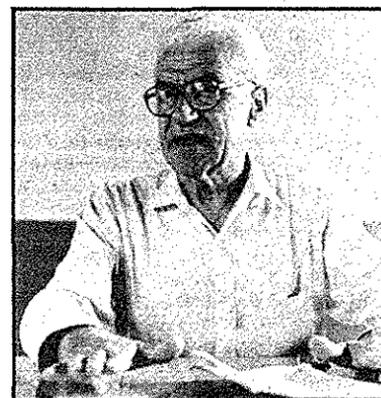
No centro da cidade, bem próxima à Administração do Estado, na praça do Centro Cívico, está

a Rua do Ouro. São cerca de 30 lojas de compra de ouro, registradas pela Secretária da Receita Federal no Estado. Algumas anunciam ter balança eletrônica para atrair garimpeiros que têm medo de ser enganados, e a compra do ouro é feita pela cotação do mercado ou um pouco abaixo, e os donos, desconfiados, não falam muito sobre o comércio.

Boa Vista parece uma cidade interiorana com as pessoas paradas em praças, sentadas em cadeiras nas calçadas, conversando descontraidamente. No entanto, segundo atestam moradores locais, tais como Wilson Prêcoma, não se pode hoje dormir com janelas e portas das casas abertas. Os moradores têm medo de sair à noite para não serem assaltados, e os jornais noticiam quase diariamente assassinatos, normalmente entre os forasteiros, preferencialmente os garimpeiros.

A mão-de-obra, segundo porteiros do Tropical Hotel de Boa Vista, está cada vez mais difícil de ser recrutada, já que todos preferem garimpar ouro sonhando enriquecer, em vez de trabalhar como assalariados.

## Dom Aldo: "Acusam a Igreja para abafar a exploração do índio"



Dom Aldo Moggiano, bispo de Boa Vista

A Igreja, em Roraima, segundo o bispo de Boa Vista, Dom Aldo Moggiano, não acredita que seja tomada providência para conter a exploração realizada pelas "forças" políticas e econômicas nas terras dos Yanomamis. Dom Aldo refuta as acusações que são feitas contra a Igreja de que é contra o desenvolvimento do Estado, como dizem policiais e membros do governo do estado. Para ele, desenvolvimento não se faz às custas do genocídio indígena, e afirma que a Igreja está pronta para defender os que não têm voz, reagindo à situação de caos em que se instalou na região, principalmente após o início da administração do novo governador de Roraima, Romero Jucá.

**Zero Hora** — Qual a posição da Igreja sobre a extração de riquezas minerais em terras indígenas?

Dom Aldo Moggiano — Estamos preocupados com a autêntica depredação realizada pelos garimpeiros e pelos que se servem dos garimpeiros, naquela região tão linda, estragando o território, poluindo os rios. A presença dos garimpeiros, que começou no Paa-plú, tomou conta do rio Couto de Magalhães e agora é feita abundantemente nos rios Uraricoera e Uaicás, ou mesmo no Umbaú. Estamos preocupados porque ninguém se mexe, há uma indiferença. O problema é sério e deveria haver uma reação.

**ZH** — A sociedade de Roraima não tem se manifestado sobre o assunto por que está se beneficiando com os garimpos?

Dom Aldo — Infelizmente há todo um grupo político e econômico interessado na exploração, que já manifestou ser o minério a única riqueza para o desenvolvimento do Estado — ouro e diamantes, ou cassiterita. Há outros, no entanto, que já começam a preocupar-se com a poluição das águas, a devastação das matas, que antes defendiam isto como valores e agora vêem que é uma coisa extremamente perigosa.

**ZH** — Como é feita a defesa do índio e qual o relacionamento com o Governo?

Dom Aldo — Sempre fizemos a defesa firme dos índios, mesmo indo contra opiniões de pessoas que gostamos, por acharmos ser a hora de falar pelos "sem voz", que não têm condições de defender-se. Agora, com o atual Governo não tivemos quase nenhum contato. Já sabíamos as posições do atual governador, enquanto presidente da Funai, de sua pouca sensibilidade ao problema indígena, e estamos vendo como ele vai se comportar. Os grupos políticos ligados ao Governo são totalmente contra nós, enquanto os de oposição são ora contra, ora a favor da Igreja, dependendo das posições que defendamos. Já o grupo econômico não pode nem nos ver, porque acha que somos contra o desenvolvimento do Estado.

**ZH** — Setores do Governo e policiais dizem

que a Igreja se sente acuada mesmo quando não o está sendo. É verdade?

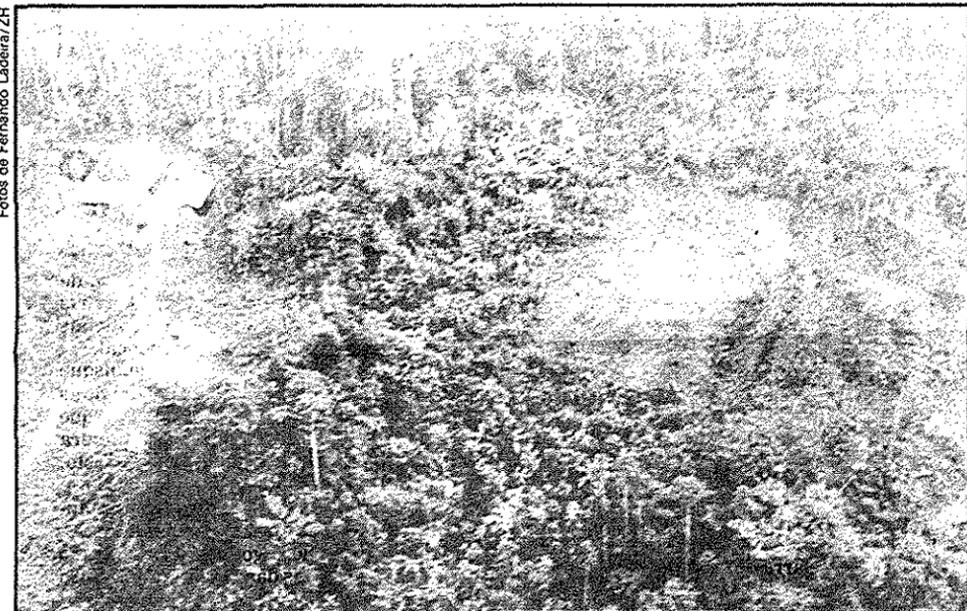
Dom Aldo — Não é assim. Nós conhecemos o ambiente, e embora não saia o ataque e o canhão não dispare a bomba, estaria armado e pronto para disparar. Depois, não queremos exacerbar os espíritos que querem fazer a guerra, pois não vale a pena. Então, nós estudamos o momento oportuno para falar, sugerir, e se uma ação imediata nossa vai provocar reações, represálias, não se tornando portanto eficientes, recorremos a organismos de fora do Estado, mais sensíveis e que assumem os problemas da região como nós assumimos. Depois, as acusações que fazem contra a Igreja, de incitamento dos índios à violência, ou mesmo de ser contra o desenvolvimento de Roraima, são uma forma de abafar a exploração que é feita, constantemente, dos índios e de seus direitos.

**ZH** — A sociedade e os poderes constituídos estão desestruturados, marcados pela corrupção?

Dom Aldo — É uma situação de caos que ficou pior com o novo governador, que chegou dizendo que ia dar grande apoio aos garimpeiros. Se antes todo mundo sabia que estava fora da lei, ocupando terras proibidas, com estas palavras entraram à solta, em número muito maior. Esta atitude liberou a entrada dos garimpeiros para depredar as terras indígenas. Então, o que fazer, já que esta terra sempre foi um pouco fora da lei, e já que a estrutura é pouca e sem condições de defender a verdade e a justiça, e permite que se cometam, constantemente, uma série de abusos?

**ZH** — Que solução o senhor vê para a situação de Roraima?

Dom Aldo — Mesmo acreditando que se deva fazer alguma coisa para conter e eliminar esta exploração, eu acho que é difícil. Houve, por exemplo, uma tentativa boa mas frustrada, no governo do general Klein, de proibir a venda de gasolinas para aviões fora da "boca do tanque", no final de 87, quando houve a primeira invasão dos garimpeiros. Houve a reação destes e de grupos econômicos interessados na extração do ouro. Representantes do Calha Norte se reuniram no Serviço Regional de Aviação Civil, Serac VII, em Belém, que teve medo de reagir. E olhe que eram pouco mais de mil garimpeiros na época. Precisavam, então, ficar firmes nesta posição tremendamente justa, mas não ficaram. Agora, seria um pouco mais difícil, mas acho que tem que se colocar ordem. Para mim, esta é uma das páginas mais negras de Roraima e do Brasil. Em qualquer lugar onde há bom senso sob todos os pontos de vista social, político e econômico, é um absurdo o que está sendo feito e ninguém toma providências, e o resultado está aí.



Uma das clareiras abertas na reserva Yanomami transformada em pista de aeronaves

## Garimpeiros impedem plano de emergência

O Plano de Emergência Índio-Garimpeiro, cujo objetivo era o de retirar cerca de mil garimpeiros das terras dos Yanomamis, no final de 1987, já começou frustrado. Devido a uma liminar da Justiça do Estado, impetrada pelo Sindicato dos Garimpeiros de Roraima, os "lançamentos" — mantimentos jogados de aviões ou helicópteros aos garimpeiros da região — não foram sustentados, sob a alegação de não se permitir que os exploradores ficassem na dependência da natureza.

Devido a incidentes entre garimpeiros e Yanomamis, que resultou na morte de dois índios e um garimpeiro, os representantes do projeto Calha Norte — Aeronáutica, Exército, Funai (Ministério do Interior), Polícia Federal, SNI, Conselho Nacional do Petróleo —, mais a Polícia Militar de Roraima, decidiram reunir-se em Belém, no SERAC VII (Serviço Regional de Aviação Civil) para discutir o problema e propor a retirada dos garimpeiros.

Coube à Polícia Militar barrar os pontos de entrada dos garimpos para não ingressarem bebidas, armas e munições, mulheres e garimpeiros, além de impedir o pouso de aeronaves nas terras indígenas que transportassem passageiros. Só poderiam ser retirados os garimpeiros. A Polícia Federal deveria apreender combustível das aeronaves, quando não atendessem os requisitos da lei. O CNP restringiria o abastecimento de aviões e helicópteros à "boca do tanque", e o DAC (Departamento de Aviação Civil) realizaria um controle efetivo sobre pistas clandestinas e sobre as aeronaves que pousassem em

pistas não homologadas.

A execução do Plano não resistiu a um mês e foi suspenso em janeiro, pois o Sindicato dos Garimpeiros entrou com um mandado de segurança contra a medida e a Justiça concedeu liminar favorável. Os membros do Calha Norte, a partir daí, não mais se reestruturaram para combater a entrada ilegal dos garimpeiros em terras indígenas para exploração dos minérios.

A Polícia Federal, que procurou manter suas atividades na área, sofreu um embargo de ação promovido pela PM. Segundo relatórios do SNI, Exército e Polícia Federal, na época da aplicação do Plano, policiais federais e oficiais de informação procuraram o governador, general Roberto Klein, denunciando corrupção na Polícia Militar, com oficiais participando na exploração do ouro.

Avisado pelo comandante da PM, tenente-coronel Santos Rosa, o governador não aceitou as acusações e solicitou ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, que afastasse seus agentes das áreas Yanomamis, no que foi atendido, já que Tuma enviou radiograma a Superintendência de Manaus solicitando que os agentes saíssem do local e se mantivessem à disposição do governo do Estado.

O Plano de Emergência Índio-Garimpeiro, no entanto, teve boas repercussões entre uma parcela da população e representantes da Igreja, que consideraram a medida como favorável a um desenvolvimento organizado da economia do estado.